

Santana do Parnaíba: Memória e Cotidiano

Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani

Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo

Introdução

“As chamadas cidades históricas não são apenas cenários de antigos acontecimentos e que ainda conservam, no traçado e casario, as marcas da época; é preciso reconhecer que a vida, aí, continua. As relações entre os atuais atores com esses cenários, contudo, nem sempre são levadas na devida conta pelos órgãos de preservação. Esta omissão pode ser percebida em algumas premissas que orientam a prática preservacionista. A primeira é a suposição de que os critérios com os quais se selecionam e classificam os bens culturais são universais e que são compartilhados de forma homogênea por todos os usuários. A outra é considerar estes últimos como meros obstáculos à preservação já que na maior parte das vezes a relação usuários/ órgãos preservacionistas é conflitante, seja no que diz respeito aos critérios de escolha, seja com respeito à intervenção do Estado através do mecanismo de tombamento”.

Assim começava o relatório final de um projeto intitulado “Santana de Parnaíba: memória e cotidiano” que coordenei como parte de uma consultoria prestada ao CONDEPHAAT, (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), em 1984¹. Cidade pequena, Santana de Parnaíba contava com um acervo arquitetônico de interesse, sob proteção de tombamento em nível estadual e federal², mas apresentava problemas de relacionamento com os técnicos do órgão, oferecendo dificuldades para a fiscalização e implementação de algumas medidas previstas pelas políticas de preservação. Para

¹ O texto que segue é uma parte, reelaborada, desse relatório; da pesquisa de campo, por mim coordenada, participaram Naira I. M. Morgado, Carmen Lúcia M. V. de Oliveira, Celina Kuniyosh e da elaboração do relatório participaram Naira I. M. Morgado e Carmen Lúcia M. V. de Oliveira.

² Segundo informações contidas no site da Prefeitura, são 209 as edificações, tombadas, em 1982, pelo CONDEPHAAT. Mas antes, em 1958, a residência bandeirista urbana, construída na segunda metade do século XVII, onde atualmente funciona o Museu Histórico e Pedagógico Casa do Anhangüera e o sobrado construído no século XVIII, onde está instalada a Casa da Cultura, foram tombados pelo IPHAN.

diagnosticar esses problemas surgiu, então, a ideia de uma pesquisa em moldes antropológicos³.

Era, por conseguinte, uma pesquisa encomendada, com propósitos práticos, destinada a oferecer subsídios às ações daquele órgão e as conclusões a que se chegou têm como base e fonte a situação da época. A pergunta que agora se coloca é: qual o interesse em retomar esse relato, já que se trata de um trabalho, datado, antigo? Relendo-o, contudo, depois de todo esse tempo, percebe-se como fio condutor a aplicação de uma estratégia de pesquisa cuja metodologia pode ainda ser de interesse para trabalhos similares – de levantamento, identificação e análise de questões específicas relativas ao patrimônio em áreas urbanas.

Esquemáticamente, foram três as etapas da estratégia então seguida: uma fase inicial, exploratória, em seguida a organização dos primeiros dados numa grade classificatória e, finalmente a fase de observação de campo mais intensiva.

À pesquisa, então; antes, porém, uma rápida caracterização da própria cidade, apresentação das hipóteses e procedimentos.

A cidade

Surgida no primeiro século de povoamento, em 1580, Santana de Parnaíba se destaca como vila colonial por volta de 1620 como um dos pontos mais importantes de partida das bandeiras em virtude de sua localização estratégica às margens do Rio Tietê e da antiga rota de penetração para os sertões de Mato Grosso e Goiás. Essa primeira atividade de significado econômico mais amplo manteve-se durante quase um século, propiciando o desenvolvimento de um comércio que fez da vila importante pousada, bem como centro de oferta de tropas de muares para o transporte de cargas.

No século XVII, com a abertura de três novas vias de comunicação ligando São Paulo, respectivamente, a Sorocaba, Itu e Jundiaí, sem passar por Parnaíba, o dinamismo inicial que fizera do comércio parnaibano importante rival do paulistano, se

³ Cabe observar que o presidente do órgão, à época, era o antropólogo Antonio Augusto Arantes.

reduziu, entrando a vila num longo processo de estagnação, revitalizada por momentos apenas pontuais de desenvolvimento. Foi assim com o ciclo de cana-de-açúcar na segunda metade do século XVIII, com o café em meados do século XIX e com a inauguração da represa Edgar de Souza, em 1901, pela São Paulo Tramway Light e Power Co. Ltd. Cabe destacar que as edificações mais significativas de Parnaíba surgiram em função desses momentos de desenvolvimento, e sua permanência até hoje se deveu muito mais ao reduzido dinamismo da economia local do que, propriamente, de interesses voltados para sua preservação.

Com a melhoria das condições da estrada SP-312 e abertura de duas importantes vias de penetração para o interior, as rodovias Anhanguera e Castelo Branco, Parnaíba passou novamente por um momento de desenvolvimento que, principalmente nas últimas décadas, trouxe conseqüências profundas para a dinâmica do município. Verificaram-se reflexos na ocupação de seu território com a instalação de indústrias ao longo das duas rodovias a partir da descentralização do parque industrial de São Paulo, ao lado de um acentuado incremento populacional.

Ocorreu também um processo de especulação imobiliária gerado pela facilidade de acesso com loteamentos próximos ao centro, expulsando os pequenos sítiantes e destinados, principalmente, a chácaras e casas de veraneio. Na área leste do município, principalmente, processou-se uma ocupação determinada pela instalação de indústrias com todas as características que, em casos semelhantes, tem levado à aparição de vilas autônomas com relação ao centro, que é o núcleo orgânico de toda área municipal.

Portanto, Parnaíba apresentava, à época da pesquisa, contornos diferenciados: traços de cidade industrial, de cidade-dormitório e de veraneio coexistiam com as características de cidade de interior que mantinha ainda um patrimônio cultural diferenciado, produto de quatro séculos de existência. Foi justamente essa conjunção de características que constituiu o ponto partida para as hipóteses que nortearam a pesquisa.

Hipóteses e procedimentos

O projeto “Santana de Parnaíba: Memória e Cotidiano” propunha-se realizar uma pesquisa cuja propósito era o levantamento e posterior interpretação das representações dos moradores acerca de suas tradições, sua cidade e da própria ação ali desenvolvida pelos órgãos de preservação. As hipóteses de trabalho iniciais, de caráter bastante pragmático, postulavam que:

A política de preservação e/ou revitalização do patrimônio cultural deve contar com o respaldo e participação de usuários, proprietários e demais pessoas envolvidas com a questão do patrimônio;

Para formular e implementar uma política assim entendida, impõe-se conhecer os valores, interesses e opiniões dos habitantes pois contrariamente a uma idéia bastante difundida, a população de uma cidade como Santana de Parnaíba, ainda que pequena em termos numéricos, não é homogênea nem do ponto de vista de sua composição social, nem no que diz respeito às percepções acerca da cidade, do patrimônio e da intervenção do Estado;

Tais percepções não necessariamente concordam com os critérios que norteiam a prática dos órgãos de preservação, resultando daí, muitas vezes, um antagonismo entre a ação preservacionista institucional e as expectativas da população;

Não se trata, por certo, de abandonar os tradicionais critérios técnicos (valor histórico, artístico, arquitetônico e outros) adotados pelo órgão, em face de outra escala de valores, a dos usuários, mas de encontrar formas capazes de articulá-los com os valores, tradições e aspirações da população.

Para além dessas preocupações mais diretamente ligadas ao tema da preservação (ou previamente a elas), estava posta uma questão mais geral, sobre o próprio caráter de comunidade de Santana de Parnaíba. Para tanto, a Escola de Chicago e, mais perto de nós, as pesquisas realizadas na Escola Livre de Sociologia e Política conhecidas como “estudos de comunidade”, ofereciam uma bibliografia de referência. Posteriormente, ao retomar esse tema em aulas, o texto de George Marcus (1991) sobre etnografias da modernidade permitiu ampliar a reflexão. Este autor afirma que é preciso repensar a noção clássica de comunidade, tal como foi estabelecida e utilizada no contexto do que denomina a “etnografia realista”, em oposição a uma “etnografia modernista”. Nessa

linha, afirma, é preciso repensar o conceito de comunidade que, “no sentido clássico de valores, identidade e, portanto, cultura compartilhados, foi baseado literalmente no conceito de localidade, de modo a definir uma referência básica que orientasse a etnografia”.(idem, 1991:204).

Articulando ambas as linhas, a da crítica à “solidez e homogeneidade”, supostamente atributos da forma de vida comunitária e as dificuldades de relação entre os moradores da cidade e as políticas de preservação, o que estava em pauta, no caso de Santana de Parnaíba, era a existência ou não de representações uniformes e compartilhadas entre seus moradores sobre o patrimônio de sua cidade.

Na primeira fase, definida como exploratória, o primeiro passo foi proceder a um levantamento inicial das opiniões dos habitantes de Santana de Parnaíba sobre a cidade, mais em busca de pistas do que de um discurso articulado. Para tanto, as experiências anteriores a partir do escritório do CONDEPHAAT, que funcionava na “Casa do Anhanguera”, possibilitaram contatos mais próximos com alguns moradores, entre eles a diretora de escola, o organizador das atividades culturais da cidade e responsável pela “Casa do Anhanguera”, sede também da Secretaria Municipal de Turismo; uma bibliotecária, uma ex-funcionária da Secretaria Municipal da Promoção Social e moradora de um bairro fora do centro histórico, com estreitos laços junto à população.

Por meio dessas pessoas, contatadas ainda em razão de vínculos institucionais, foi possível obter indicações de algumas dezenas de moradores com as quais poderíamos “conversar a respeito da cidade”: tal foi a primeira via de acesso, que abriu a possibilidade de ampliar os contatos necessários para a identificação de outros grupos nomeados com categorias nativas. Logo a vinculação dos pesquisadores com o CONDEPHAAT começou a passar despercebido, pois o que importava na construção da relação era a indicação por parte de pessoas conhecidas. Algumas aproximações foram feitas diretamente acompanhadas por alguns de nossos apresentadores, o que dava à conversa o caráter de visita de cortesia. Aos poucos, porém, foi possível prescindir dessa ajuda: a presença dos pesquisadores já fazia parte do cotidiano, e dizer que queríamos “conversar sobre a cidade”, “saber como era a vida em Parnaíba”, bastava para iniciar as entrevistas.

Esta etapa encerrou-se com um duplo resultado: de um lado, um panorama dos temas mais comentados pelos entrevistados, geralmente idosos, membros das famílias tradicionais, com muito tempo para conversar: a vida de antanho em Santana de Paranaíba, a importância das festas, a desconfiança com os novos moradores, a valorização das antigas famílias; e de outro, a identificação das demais categorias de moradores. A partir dos dados da fase exploratória começou a segunda, denominada classificatória, pois permitiu organizar, agrupando-os, numa mesma grade, os diferentes protagonistas – os “de dentro” e os “de fora”; os do centro histórico versus os da Vila Nova⁴; os estrangeiros, os artistas, os funcionários – e seus discursos sobre o patrimônio e a cidade, suas apreciações sobre os demais atores sociais etc. Foi quando se pôde comprovar, não a homogeneidade e o clima de consenso e convivência mas, ao contrário, as opiniões divergentes, os conflitos etc.

A terceira etapa, de observação, foi também sugerida e planejada a partir de dois conjuntos de pistas colhidas na fase inicial: em primeiro lugar, a recorrência de alusões às festas que eram realizadas “antigamente” e constantes comparações com as atuais; e também a percepção, por parte dos vários segmentos da população, de dois espaços claramente diferenciados: o da casa (privado) e o público. É neste último onde se realizam eventos festivos tradicionais, sagrados e profanos, que não só mobilizam o conjunto da população como também oferecem algumas “marcas registradas” da cidade, para os turistas: o Carnaval, a festa de Corpus Christi, a festa da Padroeira e outros.

As festas – eventos públicos valorizados pelos parnaibanos, realizados no espaço do patrimônio edificado – apareceram assim como momentos privilegiados para aprofundar as conclusões da primeira etapa da pesquisa e dar continuidade ao trabalho. Tratou-se então de identificar as relações existentes entre ambos de forma a colocar a questão específica da preservação e revitalização do patrimônio arquitetônico e histórico em consonância e em correlação com um aspecto vivo e atual do patrimônio cultural que é o ciclo de festas. Impunha-se, por conseguinte, levantar o calendário completo das

⁴ Partiu-se de um recorte já dado, a área tombada. Esta área corresponde ao espaço de formação da cidade – atual “centro histórico” – então com funções de setor residencial, pequeno comércio, serviços públicos. Para efeitos de comparação, elegemos um bairro próximo ao centro, Vila Nova, resultante da recente expansão urbana em direção ao oeste

festas, inclusive as já desaparecidas e as de menor expressão para, em seguida, observar com mais detalhe a dinâmica particular de cada uma (mecanismos, participantes, formas de organização), obter depoimentos sobre a maneira como essas festas eram realizadas em outros tempos e, finalmente, avaliar sua vitalidade.

A PESQUISA

Os moradores

Delimitada a área da pesquisa – o Centro Histórico, recorte já dado através do tombamento, e o bairro Vila Nova, fora do perímetro tombado, como contraponto, – buscou-se trabalhar a partir da hipótese sobre a heterogeneidade dessa população e suas opiniões a respeito do patrimônio. Para tanto, foi preciso montar a rede dos diversos segmentos em função dos significados que atribuem ao cotidiano, à história, ao patrimônio. Com base nos primeiros contatos e entrevistas foi estabelecido o corte inicial que divide essa população: ser “de dentro”, ou seja, ser parnaibano e ter pelo menos três gerações nascidas em Santana de Parnaíba; e ser “de fora”, grupo que, por sua vez, se subdivide a partir de alguns critérios como a auto-imagem, relação que se tem com a cidade, as razões pelas quais esses novos moradores aí se fixaram: são os estrangeiros, os artistas, os profissionais.

Centro Histórico: os “de dentro”

A maioria das indicações remeteu a antigos moradores sob o pretexto de que eles teriam muito para contar sobre a cidade. O contato foi facilitado por sua disponibilidade: a maioria era de aposentados e não costumavam se ocupar de outras atividades. Partiu-se de uma questão genérica, o interesse em conhecer melhor Parnaíba, para daí solicitar que contassem alguma coisa a respeito. Paulatinamente foi-se percebendo que, para os moradores mais velhos, falar de Parnaíba significava recuperar uma memória afetiva ancorada nas relações familiares, na experiência das festas e no

círculos de amizade. Aos poucos iam revelando o cotidiano da cidade, os vínculos entre os grupos e as regras de convivência e construindo uma certa imagem da cidade: autossuficiente, solidária e cheia de alegria, Parnaíba era a cidade de poucas famílias e muitas festas, que aglutinavam essas celebrações e pontilhavam seu cotidiano:

“Gosto de Parnaíba, aqui eu me criei, minha mãe, minha avó, aqui eu estudei, aprendi a trabalhar, fiz de tudo, carpi, lenhei, cuidei de galinheiro, porco, faço bordado, crochê, flor...” {D. Lúcia)⁵.

“Antigamente era tudo coisa da terra, carros de boi trazendo coisa do sítio, mas a vida era assim mais alegre, forjada aqui mesmo, tinha teatro, cinema, as festas.” (Jair)

“Naquele tempo era gostoso, as festas, tinha muita festa., de rua, de igreja, era muito bonito, barraca, cada barraca tinha seu grupo uniformizado. Cada grupo tinha um uniforme diferente, então tinha 5, 6 barracas, eram 5, 6 grupos assim uniformizados, e cada um escolhia o uniforme, a cor, o modelo como queria, então um escondia do outro, não queria que o outro soubesse, assim quando chegava no dia era pra ser tudo surpresa [...]” (D. Estela)

Orgulhosos de sua história, remontavam o passado valorizando suas características de gente da terra, enraizados, dignos descendentes dos fundadores da cidade: uma cidade que manteve seu traçado ao longo do tempo, carregando a tradição dos doces, bordados, transmitida de geração em geração. No entanto, nas últimas décadas a melhoria de condições de acesso ao município e a instalação de indústrias ao longo das rodovias gerando acentuado incremento populacional, fez com que o pacato universo parnaibano passasse por transformações muito significativas.

“O parnaibano é bandeirante, minha mulher é dos Bueno, bandeirante” (Lico)

“Antigamente era tudo família, não podia falar mal de ninguém que era como mexer num vespeiro, agora tá cheio de gente esquisita, foi lá por 1960 que veio essa baianada prá s indústrias, não parou mais de chegar gente de fora”. (Lico)

⁵ Todos os nomes dos informantes são fictícios.

Esse sentimento em relação à população que veio de fora constituindo os novos bairros que se formaram a partir da década de 60, se mostrou mais acentuado quando se manifestavam acerca da possibilidade de morar nesses locais, palco de transformações que para muitos representou uma descaracterização violenta da cidade naquilo que para eles é o mais significativo – um certo estilo de vida:

“Deus me livre! Vila Nova só tem gente de fora, gente desconhecida, tem poucos moradores antigos”. (D. Estela)

“A cidade não tinha tanta gente como hoje, porque o meio de vida era o botequim ou a roça, o sítio, essa gente morava tudo nos terrenos fora, nos sítios, sabe? Só vinha na cidade de Sábado e Domingo prá assistir a missa. Vinha Sábado, pousava; Domingo de tarde ia embora pro sítio outra vez prá trabalhar lá. As casas aqui, elas davam prá gente morar nas casas, prá não ficar fechada, porque casa fechada estraga né, então eles davam prá uma pessoa... Oh! Você fica morando lá, toma conta de minha casa. É só vinha aos sábados e domingos. Prá não estragar as casas, eles davam prá pessoas morar, ninguém alugava casas”. (Sr. Antônio)

Em síntese, era esse o discurso dominante expresso pelos mais velhos para caracterizar os “de dentro”, ou seja, todos os parnaibanos nativos, independentemente da faixa etária ou condição socioeconômica. A família era o elemento que baliza o cotidiano, as festas, a cidade.

Havia, entretanto, nesse discurso, algumas particularidades em virtude do efeito comparação com outras cidades, reveladas nos depoimentos daqueles que durante algumas décadas viveram fora, e pelos jovens, estes com possibilidades de acesso constante a São Paulo, Barueri e Osasco. No que diz respeito aos velhos que saíram e voltaram, a ausência durante alguns anos era justificada em razão das difíceis condições de vida e trabalho que a cidade oferecia até o começo da década de 60, quando teve início um pequeno surto industrial.

O período anterior à instalação de indústrias no município foi marcado por um mercado de trabalho restrito, sendo o comércio e o trabalho rural as grandes opções, além da instalação da Light que, no começo do século, incorporou uma pequena parte dessa população. Portanto, a opção de sobrevivência, na maioria das vezes, só era possível fora da cidade, o que obrigou muitos a saírem e voltarem só mais tarde, quando aposentados.

O retorno representava o restabelecimento da identidade perdida nas grandes metrópoles, invocando-se, agora, a posição de descendentes das famílias fundadoras de Parnaíba. Recuperar, na velhice, a Parnaíba das três ruas onde passaram a infância e a juventude, através da comparação com as grandes cidades, representava reaver sua cidade que, apesar de alterada, não perdeu a “calma, o sossego e a tranquilidade”. Algumas das alterações eram por eles sentidas e percebidas tanto em razão da presença e atuação de alguns dos “de fora”, como também dos órgãos de preservação.

“A cidade enfeiou, agora estão dando uma ajeitada, estão começando uma retomada. Hoje eles são incapazes de derrubar uma casa, o patrimônio não deixa mais, agora todo mundo que faz casa já faz com arco e tudo. O colonial, né. O Paul foi o pioneiro aqui em matéria de conservar o antigo. Essa coisa de antigüidade, ele é uma pessoa empenhada, é uma coisa mais de cultura, é essa gente que veio de fora que conserva”. (D. Marta)

Para os jovens, a cidade não oferecia muitas opções de lazer, trabalho e consumo, razão pela qual uma grande parte estudava e/ou trabalhava em Osasco, Barueri e São Paulo. No entanto, mesmo não tendo vivenciado a história anterior, são descendentes de famílias tradicionais e valorizavam na mesma medida o eixo fundamental revelado pelos mais velhos. Gostam de Parnaíba porque ela é de seus pais, avós, bisavós, que fundaram a cidade e da qual eles “continuam donos”. Gostam do estilo, do “jeito” dela por comparação com outras cidades; quanto ao patrimônio edificado, referem-se apenas à fachada.

“Eu gosto do tipo de Parnaíba, é pequena, eu gosto do jeito como ela é, não é igual a Osasco, que tem tudo feio; aqui não; é casinha perto de casinha, principalmente as casas coloniais”. (Luciana)

Esses jovens possuíam, diferentemente dos mais velhos, uma relação dinâmica com a cidade, centrada no presente: frequentavam os locais públicos como o clube, a sorveteria, os barzinhos. A praça era o espaço de vivência, desde a infância, onde se encontravam para brincar, até a adolescência quando, nos fins de semana, ao entardecer, se reuniam para conversar, namorar, combinar os programas para a noite. A turma era uma caracterização determinante nas relações. Em geral um grupo não se relaciona com outro.

“A turma se encontra prá conversar, vai ao clube, às vezes a gente sai prá ir ao cinema, lanchonete em São Paulo, mas não é sempre, na maioria das vezes a gente fica aqui. Aqui tem várias panelinhas”. (Luciana)

O centro era importante, o local onde realizavam as atividades sociais, em que “todos se conhecem”. Entretanto, essa familiaridade também pode representar alguns problemas, particularmente no que diz respeito ao controle que sofrem diante da vigilância exercida pelos mais velhos.

“Aqui tem muito velho, as velhas são muito fofoqueiras, elas não têm o que fazer, então ficam atrás da janela vendo e depois saem contando prá cidade toda”. (Célia)

Durante o tempo da pesquisa de campo, foi possível constatar, seja através das conversas com eles, assim como pela observação dos eventos, a ausência desses jovens nos eventos socio-culturais patrocinados na cidade, em particular os do Museu, geralmente promovidos pelos artistas:

“Aqui a cultura é pouca, ninguém dá muito valor prá essas coisas históricas, turista é que dá, a gente tá acostumado, não liga, essa exposição de pintura no Museu é só prá elite, o pessoal não tem cultura prá isso”. (Célia)

Assim, tanto os velhos que saíram e voltaram, como os jovens, tinham – diferentemente dos parnaibanos que nunca deixaram a cidade – uma outra visão, além

da história familiar, para construir a imagem da cidade: a comparação com outros centros urbanos. Os melhoramentos mais reivindicados por eles referiam-se ao transporte, escolas, trabalho e lazer; com ressalvas, pois isso poderia significar mudanças indesejáveis na cidade:

“Eu não gostaria que tivesse muita mudança, ia chegar muita gente, ia estragar”.
(Luciana)

Centro Histórico: os “de fora”

Artistas

Os “artistas” foram se fixando em Parnaíba pouco a pouco, principalmente devido à possibilidade de morar em uma cidade pequena, tranqüila e ao mesmo tempo próxima da capital. Eram basicamente artistas plásticos que, à época da pesquisa, residiam na cidade há pelo menos três anos, dependendo de outra atividade para sua manutenção: professores de 1º e 2º graus, alguns funcionários públicos e profissionais liberais. A relação com alguns deles foi bastante próxima, especialmente com Henrique, professor, artista plástico e organizador de alguns eventos na cidade como a feira de arte, para a promoção do artesanato local. Sua casa, localizada no largo da Matriz, ponto de encontro do grupo, passou também a ser também passagem obrigatória em nossas visitas a Parnaíba, pois era lá que se comentavam os acontecimentos da semana. E nas conversas foi se revelando a visão que esse segmento tinha da cidade e dos parnaibanos:

“Parnaíba é uma cidade tranqüila, gostosa de se morar, calma, todo mundo se conhece. É uma cidade bonita, de valor histórico”. (Danilo)

“Mudou pouca coisa aqui, o pessoal é bem tradicional, as mudanças se operam lentamente. Eu acho que é uma contradição, porque eles querem as mudanças, mas têm receio e eles não gostam que as mudanças partam de fora”. (Cleide)

Segundo a perspectiva desse grupo, a tendência da cidade era de se transformar em dormitório, totalmente isolada mas dependente de São Paulo. Essa tendência só não se concretizou completamente, segundo eles, devido à ação do próprio grupo, que criou alternativas: feiras de arte, exposições na “Caso do Anhanguera” e o teatro.

“Até abrir a Castelo dizem que Parnaíba era uma coisa especial, tinha seresta. São Paulo era longe ainda e o pessoal vivia prá dentro da cidade.” (Henrique)

Comentando sobre a inserção deles na sociedade local, explicitavam a imagem que formam do parnaibano.

“O nosso grupo é diferente, é um grupo meio assim à parte, até botaram um apelido aqui em casa: ‘Arca de Noé’, porque tinha tudo quanto era bicho.” (Henrique)

“Parnaibano é acomodado, não faz nada, é só o pessoal de fora que faz as coisas aqui.”(Danilo)

Alguns integrantes desse grupo cobravam uma atitude mais enérgica dos órgãos do patrimônio e se colocavam como os únicos preocupados com a preservação.

“Tá cheio de construção aqui que não tem nada a ver... para a população daqui tanto faz se encher de prédio, ninguém tá nem aí, eles não querem é que mexam com eles, querem sossego.” (Danilo)

“O pessoal daqui não sabe o valor das coisas, tem mania de modernização.” (Cristina)

“Acho que uma coisa que assustou o parnaibano foi essa posição do CONDEPHAAT e do SPHAN de que ‘vocês têm uma coisa valorosa na mão e vocês não percebem isso’. Eu acho que isso assustou, assustou numa boa, né? De repente, ele olhou prá parede dele e falou: – ‘Meu Deus! O que foi que eu fiz! Eu arranquei minha janela e botei uma vidraça e agora o pessoal veio falar que eu joguei fora’. Eu acho que assustou, de repente ele não compreendeu bem o que aconteceu, porque quando surgiram as vidraças era muito mais bonito, mais cômodo, mais transado e aí trocaram tudo, agora vem o pessoal falar que não era bem assim...” (Henrique)

Assim também a existência de vários grupos e o lugar de cada um na dinâmica social foi se explicitando:

“Existem duas colocações aqui, a do pessoal daqui que chama a gente de estranho – e sempre vai ser assim, mesmo se você morar 80 anos aqui – porque você não é parnaibano. O pessoal que é daqui tem esse sentimento fortíssimo de ser daqui. E tem o pessoal de fora mesmo – porque tem os de fora que são de dentro e que somos nós – que fala mal do pessoal daqui de dentro, tipo assim “quem faz as coisas aqui somos nós que viemos de fora”. Acho que essa colocação é falta de compreensão, porque tem essa característica do parnaibano, essa morosidade que existe, devido, eu acho, aos 400 anos da cidade, numa cidade que manteve a população estável durante praticamente 200 anos.” (Henrique)

O que definiu a inter-relação entre os grupos e a imagem que os artistas fazem dos vários grupos, contudo, está associado à apropriação que cada qual faz da cidade, ligada aqui, de um lado, à vida social e, de outro, à apropriação de bem cultural, autônomo, isolado das relações sociais. Particularmente significativo foi o depoimento de Henrique a esse respeito:

“Eu acho o seguinte: o pessoal de fora, que a gente tem observado, eles vêm muito assim pela beleza da cidade, certo? O arquitetônico da cidade é que conta, não se preocupam em nada com as pessoas. Então eles vêm morar numa cidade colonial, prá esses não conta o parnaibano, não participa da vida deles. E aí o pessoal de fora sabe o que tem valor, compra a casa pela casa, só existe a casa. Aí valoriza, restaura, arruma e dane-se o social. A gente até comentava, há uns dois anos atrás, que eles vão colocar um portão e cobrar entrada prá ver a cidade que eles compraram. E o parnaibano só critica, mas não interfere.” (Henrique)

Sentindo-se de certa forma “de dentro”, percebiam as transformações que esse fato acarretava e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de conter esse processo:

“O que a gente queria que continuasse aqui é essa comunidade, todo mundo amigo. E isso é difícil porque o pessoal de fora não percebe isso, então vai quebrando, vai dificultando e você vai vendo casas fechadas, casas fechadas, tudo bem, acho que todo mundo tem o direito de comprar casa, mas é esse esfriamento do pessoal que fica ruim...” (Henrique)

Conforme foi possível observar, tanto na casa do Henrique como nas vernissagens do Museu, era rara a presença de parnaibanos. Assim, apesar de se colocarem como “de dentro”, acabavam por constituir um grupo fechado, mantendo, entretanto, uma preocupação ampla com a cidade que engloba patrimônio e prática social.. A partir dos depoimentos desse grupo, novos recortes se delinearam: os “parnaibanos”, “os de fora, de dentro” e os “de fora mesmo”. Assim as transformações por que a cidade vinha passando eram percebidas e expressas pela posição que cada grupo ocupava nesse processo.

Os parnaibanos, fechados, conservadores, assistiam às mudanças que implicavam a destruição de seu universo, mas não interferiam, eram passivos. Os “de fora mesmo” só estavam interessados na cidade enquanto cenário, alheios à vida social e ao que representam para os demais. Os “de fora, mas de dentro”, os artistas, tentavam, de alguma forma, recuperar o universo parnaibano e divulgá-lo, valorizando alguns de seus aspectos através das atividades artísticas. Sentiam-se parnaibanos já que se colocavam como os agentes culturais da cidade e, diferentemente, dos “de fora mesmo”, estabeleceram vínculos pessoais e de trabalho em Parnaíba. Tinham como projeto para a cidade aproveitar o patrimônio edificado como elemento potencial de atuação turística para a divulgação de seus trabalhos e tornar Parnaíba conhecida como “cidade dos artistas”.

Estrangeiros

Os estrangeiros – franceses, espanhóis e alemães – eram os “de fora mesmo”. Pessoas de alta renda que compraram casas antigas na cidade e as transformaram em residências luxuosas. Boa parte dessas casas eram utilizadas apenas nos finais de semana. Esse

grupo aliava os atributos de cidade do interior às características de cidade histórica para descrevê-la:

“Gostosa, tranqüila, 20:30 da noite não tem ninguém na rua, só cachorro.” (Paul)

“Sempre vem gente de São Paulo aqui e todos querem mudar prá cá por causa do charme dessas casas antigas, né? (Cinira)

Com relação aos parnaibanos, o discurso era semelhante ao dos artistas:

“Não sabem o valor da cidade, não sabem mesmo. Precisava esclarecer, orientar; eles têm orgulho de serem parnaibanos daqui mesmo.” (Paul)

... e, às vezes, mais agressivos:

“O pessoal daqui não dá, veja a diferença de Parati, Ouro Preto... não tem o menor senso de proporção, é um horror... o pessoal daqui é inculto, grosseiro, não entende nada.” (Pablo)

Também eles se colocavam como modelo para a cidade, na qualidade de interessados com a preservação:

“Nós servimos de exemplo aqui, depois que restauramos nossas casas é que o pessoal viu que era possível, que ficava bonito, que valia a pena... A minha casa deu muito trabalho para restaurar, destelhei onze casas aí no sítio e troquei com eles por telhas novas, troquei móveis antigos por de fórmica, trouxe coisas da Bahia, Minas, Rio de Janeiro, madeira do Paraná para fazer o assoalho...” (Paul)

Para esse grupo a preservação era encarada de forma privada, não existindo uma preocupação com o conjunto, com o patrimônio da cidade: preservar se restringia a restaurar suas próprias casas. Mesmo valorizando esse aspecto de cidade pequena, onde todos se conhecem, pôde-se observar que se relacionavam apenas dentro do seu grupo e com amigos de São Paulo, já que a maior parte deles manteve vínculos pessoais e de trabalho na Capital. Quando vieram para Parnaíba, tinham uma proposta definida: comprar as casas antigas, restaurá-las, apostando numa intervenção do Estado que impedisse o crescimento da cidade, principalmente no que diz respeito à proibição de formação de novos bairros para a população de baixa renda.

“O Estado precisaria fazer uma intervenção definitiva em Parnaíba. Considerá-la monumento paulista, cuidar do núcleo de 5 km à volta dele, impedindo indústrias, tudo...” (Pablo)

Esse projeto parece que já fracassou, dado o crescimento espacial e populacional que a cidade vinha tendo em função de ocupação industrial nas rodovias próximas. A preocupação era a de ter retorno do capital investido, do sonho frustrado da “Parati Paulista...”

“Parnaíba não tem mais jeito, nós colocamos milhões aqui e agora não dá mais, daqui a três anos vai ser igual a Barueri.” (Pablo)

Os profissionais

Eram professores, donas de casa, comerciantes, integrados, portanto, ao cotidiano da cidade, mas sem constituir um grupo fechado como os artistas e os estrangeiros. Foi a partir do discurso dessas pessoas que se pôde delimitar os diferentes grupos e precisar

melhor o que era ser “parnaibano” e o que é ser “de fora” nessa cidade. Essas pessoas manifestaram logo no começo dos depoimentos suas dificuldades de adaptação:

“A vida foi difícil prá gente no começo, mais difícil ainda foi a recepção aqui. O povo aqui não encara você assim como uma pessoa que tá vindo fazer o bem, ele olha meio desconfiado.... levou um ano prá uma daqui me cumprimentar.” (Virgínia – professora)

“É muito diferente se você vem só prá passear, aí tudo bem; sorrisos, cafezinhos etc. Agora, quando você diz que veio pra ficar, aí muda tudo.... no começo foi horrível, eles são muito fechados, sofri muito, ficou uma marca.” (Letícia – dona de casa, casada com parnaibano, há cinco anos em Parnaíba)

Na verdade, foi através do discurso dessas pessoas que se estabeleceu o eixo que organiza a formação dos grupos e seus discursos, independentemente de faixa etária ou de condições sócio-econômicas: o corte mais preciso e ao mesmo tempo mais amplo se resumia em ser “de fora” ou “de dentro”.

“... uma das primeiras reuniões aqui na escola, uma das professoras aqui da cidade me olhou e disse: – ‘mais uma forasteira na cidade...’. Eles são só entre a família deles, só se for parente.... é assim aqui; porque eu nasci aqui, meu avô, meu bisavô, meu tataravô, a família toda, desde os primeiros, porque eu sou fulana de tal, o nome, o nome é muito importante aqui... se você conseguir penetrar em uma família, sintase vitoriosa.” (Terezinha)

“Parnaibano é acomodado, não participa, não tem iniciativa, eles não brigam pelo que é deles, pelo direito deles.” (Letícia)

“Os parnaibanos em termos de cultura, eles não valorizam a cidade. Eu acho que quem dá mais valor prá essas coisas de Parnaíba, para as construções daqui, são as pessoas de fora ou as pessoas daqui que saíram quando pequenas e foram educadas em outro lugar e voltaram para cá; aí sim. Eles gostam porque têm, porque é deles, porque pertenceram aos antepassados deles.” (Virgínia)

Colocavam o parnaibano numa atitude permanente de reserva e desconfiança para com os de fora. Na verdade, esse comportamento expressava uma atitude de resistência dos “de dentro” à invasão de seu universo próprio, apoiada na estrutura familiar.

“O parnaibano é desconfiado; meu marido fala que aqui até as janelas são fechadas. Eles não abrem as janelas, espiam pelas frestas; eles têm esse costume. Parece que estão preocupados se você vai trazer alguma coisa ruim prá eles... Eles são fechados. Foi muito difícil fazer amizade; e olha que eu estou aqui há quantos ano!. E não sei se essas amizades que eu consegui são sólidas.” (Letícia)

Além disso, os depoimentos mostravam a existência de regras de comportamento para a entrada no mundo parnaibano e a presença de um forte controle social.

“Eu acho que tem um código mesmo, tem regras que você tem que cumprir para ser aceita... eu não gostava de Carnaval, “Corpus Christi”, essas coisas; mas aqui você tem que gostar, tem que se envolver, senão fica de fora.” (Virgínia)

“Se uma pessoa de fora – quer dizer... mesmo que more aqui, né – faz alguma coisinha, eles caem matando. Agora, quando é um deles, aí você não pode falar nada que eles mudam de assunto, como se dissessem: – ‘você é de fora, não tem que se meter’. E todos são parentes”. (Cinira)

A explicação para todo esse comportamento, segundo a visão dessas pessoas, reafirmando os depoimentos dos artistas, vinha do fato de a cidade ter 400 anos e do forte sentimento de pertencimento e de “donos” da cidade que os parnaibanos têm:

“Eu atribuo isso ao processo de formação da cidade. Em Conchas, minha cidade, é assim: são todos imigrantes, além do caboclo, é claro. Lá tem de todo tipo: o caboclo, o italiano e o português, que plantam nas terras e, na cidade, o comércio com os sírios. E lá há um entrosamento entre as raças, todo mundo é imigrante, todo mundo veio de longe, então a cidade é para nós mesmos. Vamos fazer, vamos construir, vamos fazer o progresso dessa terra. Aqui não, aqui quem mandava eram os senhores da terra, os chefes políticos e tinha os escravos, então eu acho que por haver essa diferença social, Santana do Parnaíba é assim. Eles são os herdeiros, são os donos da terra...”

Em síntese, como já foi dito, esses moradores não constituíam um grupo fechado dentro da cidade tal como os artistas e os estrangeiros. Por isso mesmo, eram eles que sentiam e caracterizavam mais profundamente o “ser de fora”: “... tem sempre uma parede de vidro, você olha mas não chega perto” – era a queixa. Contudo, mesmo entre os “de fora” – artistas, estrangeiros e profissionais – não se estabelecia um discurso homogêneo, já que tanto a inserção de cada grupo na sociedade parnaibana quanto as representações que elaboram eram diferenciadas. O que os unificava é justamente a característica de serem todos qualificados pelos parnaibanos como sendo “de fora”, ainda que houvesse gradações de um grupo para outro na participação do mundo “de dentro”.

Vila Nova: os “de dentro”

A pesquisa de campo em Vila Nova foi desenvolvida paralelamente à do Centro Histórico, com o objetivo de servir de contraponto àquele. E também aqui, era o ser “de dentro” ou “de fora” que explicava a formação dos grupos e das diferentes representações que elaboravam sobre o patrimônio, a preservação e a cidade. Os “de dentro” eram parnaibanos que, por problemas de herança aliada à especulação imobiliária, foram “expulsos” do centro. Os “de fora” eram pessoas oriundas da área rural e urbana das cidades vizinhas e de São Paulo. No geral eram trabalhadores sem ou com pequena qualificação profissional.

Conversar com esses parnaibanos sobre a cidade significava recuperar fragmentos de sua história, trazidos à memória quando descreviam o cotidiano, as festas, a vida na cidade:

“Antes o pessoal não precisava de nada, era mais animado. A cidade era muito melhor que agora. No tempo do padre Bruno e Anacleto tinha muita festa. Começava na Sexta-feira. Tinha pau de sebo, ovo na colher, corrida, tinha muita coisa, congada, Antigamente a banda ia na casa dos festeiros chamando para a missa. Tinha bastante festeiro. A gente morava no sítio, se pintava com essas bandeirinhas de festa que a gente guardava, molhava e passava no rosto. Ficava parecendo um macaco.” (D. Cecília – parnaibana, mais ou menos 60 anos, há 20 anos mora na Vila Nova)

Assim, para estes parnaibanos, a cidade antes era muito animada, havia muitas festas, todo mundo participava e os próprios padres contribuía para que elas se realizassem. Até o pessoal do sítio vinha para a cidade nesses dias para as festas do Divino, “Corpus Christi”, festa de Sant’Ana, festas juninas etc. quando Parnaíba era praticamente auto-suficiente. A economia de subsistência aliada a alguns estabelecimentos comerciais asseguravam o abastecimento para uma população composta por poucas famílias.

“Antigamente era só as famílias daqui, todo mundo se conhecia. Eu sou daqui, minha família toda, também. Meu marido não; é de fora.” (D. Antonieta, parnaibana, 50 anos, nasceu e foi criada no Centro e há 4 anos mora em Vila Nova)

Para esses parnaibanos da Vila Nova, a importância da cidade estava, como no Centro Histórico, centrada na participação das famílias, nas festas. A especificidade que se observava no discurso deles, contudo, era em relação ao patrimônio edificado.

Diferentemente dos do Centro, descreviam as casas e acompanhavam as transformações e reformas por que passaram, mesmo após tê-las vendido. Assim, o Centro era valorizado e apropriado apenas através dos laços afetivos que ainda os uniam a esse espaço, o que era transmitido por várias gerações no interior de uma família.

A sensação irremediável de perda e a necessidade de tornar presente aquilo que deixou de existir, conservando pelo menos na memória o espaço privado de sua família, levava-os a acompanhar, a controlar até, as modificações que suas antigas casas foram ou iam sofrendo.

“Eu morei lá na cidade, na casa que hoje é do Paul. Saí daquela casa porque, quando meus pais morreram, eu não tinha condições de comprar a parte de meu irmão e nem ele a minha. Sabe, é casa histórica, tem um valor muito grande. Se não fosse isso eu continuava morando lá até hoje. Tem paredes de taipa, bem grossas, cômodos enormes, era uma beleza. A cozinha era dentro e o banheiro fora. Quem vê a fachada não dá nada pela casa, mas se você entrar... imagina que hoje tem até piscina. Eu acho que Parnaíba tem que ser preservada. Eu gosto muito daqui e acho que a cidade tem que ficar como está. Não deviam nem ter deixado construir umas casas modernas lá no Centro.” (D. Antonieta)

Para os parnaibanos que vieram do sítio para a Vila Nova e que, portanto, não possuíam casas no Centro Histórico, a Vila Nova aparecia como sendo o espaço privilegiado da cidade, já que eles não tinha vínculos estreitos com aquelas famílias cuja história e identidade estava plasmada no Centro Histórico.

“O centro é muito parado. Ficam todas as casas fechadas. De noite não dá prá andar lá. Dá medo. Não tem gente nas ruas, não tem nada lá, tá morto, parece. Aqui não; tem gente na rua, tem televisão ligada, tem música, tem crianças. Daqui a alguns anos dizem que o centro da cidade será aqui.” (D. Cecília)

Vila Nova: Os “de fora”

No discurso dos “de fora” o que aparecia eram as condições de vida, semelhantes às da periferia dos grandes centros urbanos: faltavam transporte, hospital, escolas e água; as vias públicas eram mal conservadas, os moradores só conseguiam construir suas próprias casas nas horas vagas, havia problema de desemprego, segurança etc. Era pois

um discurso centrado na percepção das carências do bairro e, portanto, radicalmente diferente dos depoimentos dos “de dentro”.

“Não dá prá aceitar que uma cidade tão velha que dizem que D. Pedro morou, não tenha hospital, escola, ônibus, água. Osasco, Barueri, Carapicuíba, que são bem mais novas que Parnaíba, que pertenceram a Parnaíba, tem tudo isso. Agora, aqui não.” (Ângelo, 25 anos, há 2 anos em Vila Nova)

No caso desses moradores, isso ocorria em virtude de suas histórias de vida, suas relações familiares e afetivas estarem associadas a outras cidades. Dessa forma, Parnaíba surgia sempre numa visão comparativa com experiências anteriores. Na tentativa de solucionar os problemas do bairro e melhorar suas condições de vida, tomaram várias iniciativas: abaixo-assinados, protestos diante da prefeitura etc. Ao mesmo tempo em que contavam isso, ia se delineando a imagem que os “de fora” de Vila Nova tem dos parnaibanos:

“Eu estava pensando em criar uma Sociedade ou Associação Amigos do Bairro. Lá em São Paulo, em todo bairro tem, e o pessoal vai mesmo para as Secretarias reclamar. E acabam resolvendo o problema. Mas o pessoal daqui é muito parado.” (Rita, 18 anos, há três anos mora em Vila Nova)

À imagem do parnaibano acomodado, passivo, acrescentava-se a resistência que manifestavam contra os “de fora”.

“Quando eu cheguei aqui, foi difícil me entrosar com os parnaibanos. São muito desconfiados. Parece que acham que a gente vem aqui se aproveitar deles. Depois de algum tempo, quando descobriram que eu não era nenhum monstro, começaram a me aceitar. Antes era mais difícil.” (Ernesto, 35 anos, há 7 anos mora na Vila Nova)

Para eles, o centro era a passagem para o trabalho ou para a escola em Osasco, e o local onde encontravam serviços públicos e as poucas opções de lazer que podiam usufruir: o bar, a praça. O ponto de referência dominante continuava centrado nas carências do bairro, ainda que com algumas alusões esparsas sobre o tombamento ou o valor histórico da cidade:

“Com esse negócio de tombar a cidade, ninguém mais pode alugar casa lá. E prá comprar muito menos. Pobre não pode morar em Parnaíba. Prá mim não interessa se essa cidade é histórica ou não. O que adianta ela ser antiga se não existem condições pra população? E o povo daqui também não dá valor prá nada.” (Ângelo)

Assim, também na Vila Nova confirmava-se a hipótese inicial, a da heterogeneidade da população ligada à existência de significados diferenciais. Os “de dentro”, da Vila Nova, compartilhavam, com os parnaibanos do centro, as mesmas representações: o orgulho de ser parnaibano, o forte sentimento de pertencimento à cidade e a percepção das transformações profundas na dinâmica de Parnaíba, que era só das famílias. Os “de fora”, os novos segmentos de população que se fixaram na Vila Nova, elaboravam uma imagem radicalmente diferente da cidade, centrada no bairro e suas carências, já que não possuíam nem a história familiar nem tinham acesso à história mais ampla para valorizar a cidade com outros critérios.

Visões da cidade

Com base nas entrevistas, conversas e contatos, foi possível detectar uma regularidade no discurso dos “de dentro”: o que eles valorizavam eram os costumes, lembranças e relações sociais referidos a um tempo em que ‘Parnaíba era da gente...’ Nesse sentido, as festas surgiam com grande destaque como momentos de expressão, concretude e atualização daquelas relações, quando então era possível voltar a apropriar-se da cidade e dos espaços públicos em destaque: as três ruas – a de cima, a de baixo e a do meio – a praça e a Igreja. Esse era também um dos códigos de entrada no mundo parnaibano, era no domínio público que se admitiam os de fora, dificilmente no âmbito do privado.

Fora do calendário de festas, o cotidiano da cidade acontecia entre as famílias, no interior das casas, herança de várias gerações, a que só têm acesso os parentes: “Eles vêm na sua casa, conversam, mas não te convidam prá ir na casa deles”, diziam os “de fora”. A casa era, portanto, o espaço onde se encastelam e se defendem dos “de fora”. Se já não são efetivamente os “donos da cidade”, porque havia outros grupos disputando o domínio das relações e controlando alguns setores da vida social, é no

âmbito da casa, entretanto, que esse domínio continuava existindo, pois nela não permitiam nem a entrada, nem a interferência dos “de fora”. A casa é o símbolo que restou dessa tradição, que se legitima na descendência dos fundadores da cidade.

Por conseguinte, não era tanto o valor histórico-arquitetônico das edificações que orientava a visão de cidade e patrimônio desse segmento. A história que permeava seu sistema de valores e visão era antes uma história familiar, portanto restrita, que não passava por um conhecimento mais especializado. Apenas os parnaibanos que saíram da cidade e voltaram e os da Vila Nova que foram expulsos do Centro é que somavam à casa esse valor, ainda que de forma secundária, e isso se devia à possibilidade de comparação com outras cidades.

Os termos mais utilizados para designar o patrimônio eram “antigüidade” e “tradição”. Alguns não diferenciavam o CONDEPHAAT do IPHAN, referindo-se apenas ao “patrimônio”; o tombamento era pouco compreendido: há quem pensasse ser uma lei municipal aprovada pela Câmara abrangendo apenas a igreja ou as duas casas bandeiristas tombadas pelo IPHAN. As poucas referências a um cuidado e atendimento às normas do tombamento se restringiam à conservação das fachadas. Os que tinham um maior conhecimento do CONDEPHAAT eram justamente os que tinham tido problemas com reformas em suas casas e para eles a imagem era negativa, caracterizada pela ineficiência, demora e tratamento desigual: “implicam com umas coisinhas de nada e deixam passar coisas mais graves”. Ou então não entendiam a existência de um órgão preocupado com “antiguidades” nos dias de hoje: “... eu não entendo isso, tanta coisa acontecendo, o mundo tão mudado, não sei como é que sobrou o CONDEPHAAT, eu não entendo...”

O “ser parnaibano” – apesar das especificidades advindas seja da condição de classe, faixa etária ou de expectativas de vida diferentes relacionadas à cidade – traduzia-se na tentativa de manutenção da identidade desse segmento face às transformações pelas quais a cidade vinha passando nas últimas décadas. A integração progressiva da cidade à Grande São Paulo, com todas as mudanças já citadas: ingresso de novos segmentos da população, formação de novos bairros, especulação imobiliária etc., tinha gerado alterações profundas na composição social da cidade. “Ser parnaibano” era quem, por oposição, definia o outro – os “de fora” – artistas, estrangeiros, operários, comerciantes e professores.

Para os “de fora”, residentes no Centro Histórico, a cidade existia e tinha importância enquanto patrimônio edificado. É um atributo importante tanto para aqueles que investiram muito na restauração de suas casas como para os que contavam com a implementação do turismo na cidade para divulgação e ampliação de suas atividades. Assim valorizavam a cidade tanto por causa da tranquilidade e proximidade com São Paulo, como por seu patrimônio histórico e arquitetônico. Conheciam o órgão de preservação que atuava na cidade e na maior parte das vezes cobravam uma atuação mais rígida de fiscalização e a necessidade de um programa educativo para a população.

É importante destacar, entretanto, que mesmo para os “de fora” a concepção do que seja preservar era diversa da do órgão e às vezes conflitante com ela. Assim por exemplo, um dos estrangeiros demoliu uma das duas casas antigas que comprou, construindo uma nova, imitando a demolida e restaurou outra às custas de destelhar onze casas de zona rural. Também a ideia de que o tombamento e a preservação se resumiam apenas à fachada das casas era generalizada tanto para os “de fora” como para os parnaibanos.

Para os “de fora” residentes na Vila Nova, que ali se fixaram em função das exigências do mercado de trabalho e que eram trabalhadores sem ou com pequena qualificação profissional, a representação da cidade estava plasmada no bairro e o dominante no discurso eram as reivindicações de melhorias na infra-estrutura do bairro – água, esgoto, asfalto etc.: o Centro Histórico era apenas a passagem para o trabalho ou o local onde estão os serviços públicos.

A observação dos casos atendidos no escritório do CONDEPHAAT confirmou as questões levantadas na pesquisa. Assim, apesar do esforço por parte dos técnicos para justificar a importância de manter as características originais das casas e, nos casos de reforma ou ampliação, proceder de maneira criteriosa a fim de não comprometer o valor do imóvel – inúmeras vezes os proprietários se opuseram à orientação dada e cederam apenas em parte em suas intenções iniciais. A casa é o domínio do privado, aí não aceitam interferências.

Outro dado interessante que foi possível observar foi em relação a algumas pessoas que, anos atrás, fizeram reformas descaracterizadoras das casas como, por exemplo, trocar janelas por vitrôs e hoje querem retornar ao “antigo”, ao original. A valorização do “antigo” vai pouco a pouco ganhando terreno na cidade, não em função

do valor histórico arquitetônico das casas, mas em função do valor comercial que elas passaram a ter em função da especulação imobiliária surgida principalmente devido à procura de pessoas de fora, “pelo charme que as casas antigas têm”. Assim mesmo nas novas construções, todos queriam o “estilo colonial”, já incorporado pela indústria da construção.

Enfim, conclui-se que o que estava em jogo era a questão da apropriação da história e as maneiras pelas quais essa apropriação se dava. De um lado estavam os parnaibanos cuja identidade está colada à história familiar e que tentavam ainda manter um controle, rejeitando os de fora, cuja vinda para a cidade era associada à destruição de estilo e vida tradicional. Para esse segmento, o patrimônio edificado, tanto as casas com o as edificações públicas, tinham valor enquanto referido à história das famílias, faltando-lhes um contexto mais amplo que lhes permitia entender e até mesmo valorizar os bens culturais com os critérios institucionais da preservação.

De outro, estavam os “de fora” que atribuíam à ignorância dos parnaibanos o descaso pela preservação e que justamente por manipularem e terem acesso a um conhecimento mais especializado, valorizavam o patrimônio edificado com os critérios que se aproximavam aos dos órgão de preservação, ainda que as atitudes de preservar se mostrassem às vezes contraditórios aos interesses do órgão, já que a preocupação que norteava esse grupo era, principalmente, ditada por sua visão particular, pressupondo dividendos pessoais na preservação dos imóveis ou da cidade. Esse grupo acabava tendo, portanto, a mesma percepção que se pôde observar na maior parte das intervenções dos órgãos de preservação: valorizar o objeto, por si mesmo, sem levar em conta os significados projetados no bem e sua inserção no tecido social.

As Festas

Tendo em vista a frequência e destaque com que o tema das festas apareceu, de diferentes maneiras, no discurso dos moradores, e ao seu caráter público, em oposição aos valores ligados à vivência do domínio doméstico, no interior das casas, essas celebrações, profanas e religiosas, terminaram constituindo um espaço privilegiado para o andamento da pesquisa. A primeira tarefa foi identificar o calendário festivo anual para, na continuação, fazer a observação de cada uma delas. Esse ciclo era constituído

por festas que celebram desde momentos de significação mais ampla como o Corpus Christi, o Sete de Setembro e o Carnaval, até comemorações mais restritas ou rurais, como a festa de São João, de Joãozinho Chaves e a Romaria de Santo Antônio do Surú, passando por festas religiosas e de marcos significativos para a cidade, como a Festa de Santa Ana e o aniversário da cidade.

Em ordem cronológica elas se distribuíam a seguinte maneira: São Sebastião e São Benedito em janeiro; Carnaval; Santo Antônio do Surú (17/06); Corpus Christi (21/06); São João, de Joãozinho Chaves (30/06); Festa de São João da Vila Nova (final de junho); Festa de Sant'Ana (29/07); Sete de Setembro e Aniversário da Cidade (14/11). Por razões de espaço serão apresentadas aqui apenas Corpus Christi, o Carnaval e a Festa da Padroeira.

Descrição

Corpus Christi:

A festa de Corpus Christi é realizada em Parnaíba há muito tempo, havendo registros em documentos até do século XVII. A maneira tradicional de enfeite da cidade era jogar flores e ervas aromáticas nas ruas por onde a procissão passava. Sua forma atual, com tapetes de serragem colorida decorando as ruas é, entretanto, bastante recente. Por volta dos anos 60, uma professora vinda de Itu introduziu essa técnica de enfeite e, a partir de então, todas as festas foram feitas assim.

A festa é organizada pela prefeitura, pelos moradores e pela igreja, cabendo à primeira tingir a serragem e distribuí-la; aos moradores a decoração das ruas, que compreende a definição dos temas e desenhos e a escolha de pessoas para ajudar a fazer o trabalho; à igreja, a organização e a realização da missa e da procissão

A preparação da festa que foi objeto de observação para a pesquisa⁶ começou mais ou menos dez dias antes, com a tintura da serragem, feita por funcionários da Prefeitura em uma pracinha em frente ao Largo São Bento. Durante esse período também foram

⁶ Como as demais descrições que constam neste relato, a desta festa tem como base observações feitas à época da pesquisa.

feitas reuniões na prefeitura com os responsáveis por rua para saber a quantidade de serragem, nas diferentes cores que cada um iria precisar. Também os moldes de madeira ou de papel que iriam ser utilizados para os desenhos, foram feitos alguns dias antes. As barraquinhas a ser montadas no dia da festa foram fornecidas pela prefeitura e os responsáveis se inscreveram no Departamento de Turismo.

A decoração das ruas centrais – Santo Antônio, Santa Cruz, Suzana Dias – da Praça 14 de novembro e o trecho final da Bartolomeu Bueno começou na noite e madrugada anteriores ao dia da festa e se estendeu até a hora do almoço do dia seguinte. Apenas a rua Coronel Raimundo e o trecho inicial da rua Bartolomeu Bueno começaram de manhã cedo. Durante a noite e a madrugada foram principalmente os jovens que trabalharam, inclusive alunos das várias escolas do município quando então a cidade ganhou um ritmo completamente diferente do habitual: pessoas circulando pelas ruas, grupos de serenata e garrafas térmicas de café e quentão animando o trabalho.

Os grupos, à exceção das escolas, eram pequenos, com cinco ou seis pessoas por trechos de rua. A decoração começou com a feitura do motivo principal que pode ser feito a partir de moldes de madeira, de papel ou riscados no chão à mão livre ou a partir de desenho prévio. O fundo do quadro foi coberto primeiro com serragem natural e depois com colorida; foram usadas duas qualidades, uma grossa e outra mais fina. A serragem é o elemento básico utilizado na decoração além da farinha de trigo, cascas de ovos, pó de café, papel crepom, tampinhas de garrafas cobertas com papel laminado e outros.

De manhã cedo, as barracas de comida e artesanato começaram a ser montadas. As de comida ocupavam a Praça 14 de Novembro, as ruas e as garagens das casas. Na maioria destas, vendiam-se doces caseiros. Na praça, as barracas eram da Assistência Social e da igreja. Havia também barraquinhas da Santa Casa, do Centro Espírita e do Teatro. As de artesanato, tanto de Parnaíba como de fora, tomavam conta da praça e da lateral da igreja. Os trabalhos de Parnaíba eram feitos principalmente em crochê, retalhos, bonecas de pano e artesanato em madeira; os de fora, aqueles habitualmente presentes nas feiras do Embu e Praça da República, o chamado “artesanato industrializado”.

No começo da tarde a cidade já estava cheia e todos - turistas, vindos principalmente de São Paulo, Barueri e Osasco, moradores, assim como os habituais repórteres de jornal e televisão - passeavam observando os tapetes e consumindo os produtos oferecidos nas barraquinhas. Às 16 horas, a banda da cidade – “Corporação Musical Santa Cecília” – começou a tocar em frente à Igreja, de onde sairia procissão às 16:30 horas, composta pelo padre, o prefeito e um senhor carregando o púlpito; a seguir a banda e, atrás, o povo. Durante todo o percurso, os turistas se aglomeravam nas calçadas, assistindo e/ou fotografando, enquanto a maioria dos parnaibanos ou seguia a procissão ou a via passar da janela de suas residências. As casas de fim de semana estavam abertas e com muita gente. Muitas tinham suas janelas e sacadas enfeitadas com toalhas de crochê, arranjo de flores, imagens e velas. Um altar, na calçada da rua Bartolomeu Bueno, era também ponto de aglutinação já que nesse local é costume a procissão parar e o padre fazer uma breve bênção.

O momento máximo é a procissão, cuja passagem desfaz a decoração das ruas, o que marca o final da festa.

Festa de Sant’Ana, Padroeira de Parnaíba

O dia 26 de junho é feriado em Santana do Parnaíba: a cidade celebra o dia de sua padroeira, mas as comemorações, em geral, são transferidas para o fim de semana mais próximo. Essa festa, tradicional na cidade, é uma das mais antigas e justamente por ser a da Padroeira, é uma das que mobiliza mais fortemente os moradores “de dentro”. Em tempos idos durava vários dias; mais recentemente é celebrada uma missa em louvor à Sant’Ana no dia 26 e, no domingo, há procissão, missa campal, barraquinhas e música na praça.

Essa festa atrai poucas pessoas de fora, a maioria dos presentes é de moradores da cidade, dos bairros próximos e da zona rural. No ano em que a pesquisa foi realizada, a movimentação maior teve início à tarde, quando as barraquinhas de comida e de bebida já estavam armadas e um alto falante começou a tocar. Por volta das 16:00, todos se aglomeraram no Largo da Matriz. Saiu, então, a procissão tendo à frente os “Violeiros do Brasil” – grupo de Osasco contratado para animar a festa –, a seguir a imagem de

São Sebastião (“ele tem que ir na frente para não chover”), a imagem de Sant’Ana, o padre, as autoridades locais, a banda da cidade e um grupo de fiéis. Por ser a procissão da Padroeira, o percurso é maior, estendendo-se até o limite do Centro com a Vila Nova.

Após a procissão foi realizada a missa campal, em frente à igreja; a seu término, a festa continuava na praça, onde os “Violeiros do Brasil” apresentaram uma série de cantores e duplas de viola no coreto, onde, ademais, ocorreram danças tradicionais como Folia de Reis, quadrilha, catiras etc. Outra atração da praça foi a barraquinha de leilão de bonecas. Organizada pela igreja – o padre comprara e distribuía as bonecas entre as senhoras da cidade para que as vestissem –, no dia da festa a barraca foi ponto de aglutinação no Centro Histórico. Também em homenagem ao dia da Padroeira, o Museu esteve aberto expondo trabalhos de artesanato em pano e retalhos de moradores da cidade.

No ano em que a pesquisa foi realizada fazia muito frio no dia da festa e ainda assim era maciça a presença de moradores da cidade, em particular os do Centro Histórico (os mais velhos, principalmente). Os jovens ficaram na praça até por volta de 19:00 quando foram para o clube, onde todos os domingos à noite há um balada. Após a apresentação dos violeiros, a banda ocupou o coreto até cerca de 21:00, quando todos se dispersaram e a festa terminou.

Carnaval

O carnaval em Santana de Parnaíba é uma festa tradicional e bastante conhecida na região, principalmente em Barueri, Osasco e Pirapora. A abertura é, há mais de cem anos, na sexta-feira à noite com o "Bloco dos Fantasmas" e o "Grito da Noite". Este último é o grupo que vai puxando o samba com temas improvisados, geralmente sobre personagens e situações do cotidiano da cidade. Após o "Grito" vem o "Bloco dos Fantasmas", em que todos participam vestidos com mortalhas brancas, caveiras e máscaras ou com fantasias de terror; o maior cuidado é não ser reconhecido. O primeiro grupo de "fantasmas" saiu, no ano de realização da pesquisa, por volta das 22:00 do Museu, no Largo da Matriz. Aos poucos, vários outros "fantasmas", de todas as partes da cidade – inclusive do cemitério – foram engrossando o bloco.

No "Bloco dos Fantasmas" todos participaram: velhos, mulheres, crianças, moradores do Centro Histórico, da Vila Nova. Nos outros dias de carnaval, três eventos se realizaram: o baile no clube, o baile na rua e o desfile das escolas de samba, no domingo e na terça-feira. Para o carnaval no Clube Atlético Santana foi contratado um conjunto de fora; o baile é bastante animado, na opinião dos participantes, indo das 23 até às 4 horas da manhã.

Na Praça 14 de Novembro foi realizado o baile de rua, promovido pela prefeitura e animado pela banda da cidade. O baile começou às 19:30 horas, indo até meia noite, e normalmente é uma opção para aqueles que não podem pagar o ingresso para o baile do clube, assim como para as crianças.

A organização e preparação do desfile ficaram por conta da prefeitura e do Clube. Eram duas as escolas de samba da cidade: a "Unidos de Parnaíba", subvencionada pela prefeitura e a do "Clube Atlético Santana". Foi o Departamento de Turismo que idealizou a decoração das ruas, contratou a costureira e providenciou as verbas para a compra de material para as fantasias.

Às 16:30 horas saiu o desfile com a "Unidos" na frente e a escola do C.A.S.A. a seguir. Nessa hora, as calçadas estavam cheias de turistas e os moradores do Centro aguardavam nas janelas de suas casas a passagem do desfile. A "Unidos" era a escola maior, com a ala das crianças, das mulatas, bloco de moças, bloco dos rapazes, rainha da bateria, bateria, porta-bandeira, mestre sala, rainha e rei momo. A maior parte dos integrantes dessa escola era da Vila Nova, além de alguns amigos de São Paulo, Barueri e Osasco. A escola do C.A.S.A. saiu com o bloco das casadas, o bloco das moças porta-bandeira, mestre-sala, bateria e destaques. Nessa escola a maior parte dos participantes era do Centro Histórico e das famílias tradicionais da cidade.

Significado das festas

A partir da observação do conjunto das festas pode-se fazer uma primeira classificação: As da Padroeira, São Benedito, São Sebastião, Romaria de Santo Antônio do Suru, Corpus Christi, São João da Vila Nova e São João da Família Chaves são

festas essencialmente religiosas, ou seja, seu ponto focal está na devoção do santo que celebram, o que não quer dizer que não tenham elementos ou momentos profanos, tais como as barraquinhas, o baile, a madrugada de preparação das ruas para o Corpus Christi e etc. As demais teriam então um caráter marcadamente profano, como a festa de Aniversário da Cidade, a comemoração do Sete de Setembro e o Carnaval. Entretanto, essa classificação não é suficiente para identificar como cada segmento participa das diversas festas, pois esta participação é um importante indício das suas apropriações do espaço social da cidade, baseadas no referencial histórico de cada um e expressa os conflitos e tensões que permeiam o cotidiano.

Observando a relação dos “de dentro” com as festas, vê-se, nitidamente, que a maior valorização e participação recaia justamente naquelas festas que reforçam a identidade parnaibana: a festa da Padroeira e o aniversário da cidade. Na festa da Padroeira são eles que enfeitam o altar e seguem a procissão rezando e cantando. No Aniversário da Cidade, todos estão na rua desde cedo e no baile à noite. Pode-se perceber, em ambas, a importância que os “de dentro” atribuem à sua realização, quer pela participação quer pela exaltação à cidade, a seus fundadores e às famílias tradicionais. Por outro lado, os moradores da Vila Nova e dos bairros da periferia da cidade participavam dessas festas na qualidade apenas de espectadores, enquanto os “de fora” do Centro Histórico sequer tomavam conhecimento delas.

A festa de Corpus Christi expressa outras relações. O núcleo da festa – os tapetes de serragem que enfeitavam as ruas por onde passava a procissão – foi uma novidade introduzida por uma pessoa de fora, trabalho que hoje é feito principalmente por pessoas da Vila Nova com amigos de cidades próximas, com destaque para a participação dos “artistas”. Eles se reuniram previamente para decidir o tema que orientaria a decoração dos tapetes – no ano da pesquisa foi “O Trabalho e os Santos”.

Assim, os “artistas”, independentemente da rua em que residiam, enfeitaram a praça 14 de Novembro, normalmente com temas e materiais não muito ortodoxos, o que gerou muitos comentários na cidade. Eram poucos os “de dentro” que enfeitam as ruas; sua participação era dada pelo controle e pela crítica, quando de manhã passeavam pela cidade observando o trabalho, revelando também no momento da festa a disputa e o conflito que existe entre os grupos.

A festa de São João da Vila Nova, por sua vez, expressava também a posição dos moradores desse bairro na dinâmica dos grupos. Essa festa nasceu justamente como afirmação e delimitação de espaço, já que naquele momento esse grupo era fortemente discriminado pelos “de dentro”; o Clube, por exemplo, não os admitia como sócios. Mais recentemente este papel de “periferia”, de “baianos”, é preenchido pelos moradores de bairros mais afastados do centro, como o Jardim Isaura, por exemplo. Assim, essa festa também refletia uma nova oposição: a presença de moradores que têm outro tipo de vínculo com a cidade, e que se relacionam muito mais com os habitantes das cidades vizinhas, principalmente Osasco e Barueri – num certo sentido seus “iguais” – do que com os “de dentro”.

Já o Carnaval, como festa de inversão, das fantasias que ocultam e revelam, da possibilidade de representar outros papéis, permitia a participação de todos: os “de dentro”, os “de fora”, os “artistas”, os “estrangeiros”, a periferia e os turistas, ainda que essa participação ocorra de forma diferenciada. Assim, nas duas escolas de samba manifestou-se novamente a oposição Centro Histórico/Vila Nova; o baile de rua e o do clube também marcaram novas diferenças. E o “Bloco dos Fantasmas” e o “Grito da Noite” são caracteristicamente parnaibanos, já que há mais de cem anos são eles que abrem o Carnaval na Sexta-feira à noite.

As demais festas do calendário da cidade se inscreviam em outros eixos de significação. O Sete de Setembro é uma festa cívica, obrigatória, realizada em todos os municípios. A Romaria de Suru, a menos dinâmica e com sinais de enfraquecimento, refletia principalmente as transformações pelas quais passou a área rural do município com a expulsão dos sitiantes, dando lugar a loteamentos e chácaras de fim de semana. O Suru era, à época da pesquisa, talvez o último bairro rural onde ainda era dominante a presença de pequenos sitiantes.

Na festa de São João, de Joãozinho Chaves, via-se também a manutenção das tradições ligadas ao catolicismo rural aliadas à realização do baile – forró – que é o momento mais concorrido da festa. As outras duas festas, São Sebastião e São Benedito, eram festas religiosas que perdiam vitalidade ano a ano, repercutindo apenas a devoção ainda presente, principalmente, entre os mais velhos, “de dentro”.

Também em relação à maneira como a população da cidade avaliava as festas, foi possível perceber significados e valores diferenciados atribuídos a cada uma delas.

Assim, para os “de dentro”, há a valorização do tempo em que as festas tinham um caráter mais familiar, voltadas apenas para a comunidade local. Essa perspectiva se apresentava tanto no discurso dos velhos como no de seus filhos e netos, que dominam uma história localizada e o significado dessas festas, que dão conteúdo ao ser “parnaibano”.

Este grupo qualificava as festas em geral através da comparação com as do passado. Assim, contavam que a maior parte delas era de caráter religioso, exercendo um papel atuante no cotidiano das famílias. A igreja era cuidada e decorada por elas, sendo que cada uma recebia a incumbência de manter o altar de um santo; em todos os quintais eram plantadas flores destinadas à decoração da igreja. As mulheres bordavam toalhas, faziam roupas para vestir as imagens etc. Todo ano era sorteado um festeiro que arcava com a totalidade das despesas e sempre procurava superar seu antecessor. Assim, os santos eram homenageados e as festas podiam durar até vários dias com grandes doações aos leilões (geralmente animais de criação) e fartura de bebida e comida gratuita para todos.

“... Tinha quermesse, a quermesse era movimentada, tinha congada, tinha pau de sebo, leilão com aqueles bichos, tinha bolo, tinha porco, bezerro, cabrito, galinha, nas festas lá no jardim da praça. Tinha tanto bicho que os sitiante traziam, principalmente na festa de São Benedito, que é ele que protege os animais. Todo sitiante dava um bicho prá São Sebastião que era prá guardar os animais, proteger. Então cada sitiante, quando era festa dele, trazia um bicho. Até 1947, eu me lembro que era assim, depois foi fracassando. Todo quintal que tinha frango, porco, cabrito, o dono da casa dizia: “esse não pode matar que é de São Sebastião”, não podia matar porque vinha pro leilão. Atualmente não tem mais nada que presta”. (D. Dilma)

É importante esclarecer que descrições desse tipo correspondem ao período no qual a atividade agrícola era dominante. Assim, também era forte a lembrança das rezas caipiras, da folia de reis, das congadas, sempre ressaltadas pela simplicidade que caracterizavam a vida em Parnaíba.

Mais recentemente, no discurso dessas famílias, as festas eram descritas pelo que elas não têm e não são mais: a falta de religiosidade, característica dos tempos

modernos, aliada ao desinteresse de um padre que “não gosta de festa” – chegou mesmo a impedir a realização de algumas delas – é agravada pelo interesse principalmente comercial que orienta a realização das festas: “ninguém mais segue a procissão, todos só querem montar barraquinha prá vender alguma coisa”, diziam. Essas mudanças eram explicadas pelas transformações que a cidade sofreu nas últimas décadas, principalmente o crescimento do município e o conseqüente aumento populacional, que geraram modificações profundas no cotidiano da cidade e se refletiam também no significado das festas. Para os “de dentro”, os costumes, os valores e as tradições se perderam:

“... Naquele tempo era gostoso as festas, tinha muita festa de rua, da igreja, era muito bonito: barraca, cada barraca tinha um grupo uniformizado. (...) As barracas eram em benefício da igreja, que nem essas festas do Divino, de Santana, essas festas grandes que tinha, (...) tinha congada, era tudo daqui, era tão bonito, depois foi morrendo, foi acabando tudo, agora não tem mais... Tinha uma porção de divertimento, muito bonito, depois acabou tudo. Os costumes da cidade, do povo mesmo, já não é como era, né, tem muita gente de fora aqui, tem muita gente: aqui pro centro não aumentou, é a mesma coisa de sempre, mas lá prá cima, aquela vila que formaram, é tudo gente de fora, pouca gente daqui.” (D. Estela)

“ Essa festa do Corpus Christi ou seja, esse enfeite nas ruas é relativamente recente, é de após guerra. (...) Corpus Christi antes, aqui, enfeitava-se as janelas, punha-se colchas bonitas, toalhas, flores, crucifixo em cada janela. Ainda se faz isso, algumas pessoas, as mais velhas, as mais moças já não enfeitam as janelas prá passar a procissão. (...) antes aqui era uma comunidade literalmente fechada. Então a gente vivia só com recurso próprio e participava muito, porque a festa do divino, por exemplo, era uma festa muito importante. O festeiro era sorteado quando terminava uma festa. Chamava o Imperador do Divino e a Imperatriz. E tinha que ter capitão de mastro, alferes da bandeira. (...) A festa de Santana, antes, tinha mais importância que Corpus Christi hoje, porque era a Padroeira; Corpus Christi tinha, mas nem chamava Corpus Christi porque era o “Triunfo da Eucaristia” né. Isso é muito antigo (...) Era o enfeite das janelas e as folhas odoríferas que pisava e ficava aquele cheiro bom na rua (...) mas agora, na

verdade, não é mais o espírito religioso, predomina mais o espírito turístico, né.” (D. Emília)

Já para os “de fora”, que não têm acesso ao passado da cidade e à memória das festas, a avaliação que faziam delas é positiva, sendo um atributo importante na caracterização da cidade. Expressavam, segundo eles, a manutenção do caráter “tradicional” de uma cidade pequena, de interior. Assim, tanto para os “estrangeiros” como para os “artistas”, a opção por Santana de Parnaíba significava a possibilidade de morarem em uma cidade com essas características: uma “comunidade”, ainda não transformada totalmente em seus hábitos pelos meios de comunicação de massa e conservando aquele “charme antigo”. Para os “profissionais”, que vieram se integrar diretamente no cotidiano da cidade, as festas aparecem como a possibilidade de penetração no mundo fechado do parnaibano, e, como eventos que atualizam, de forma um tanto nebulosa, a memória de Santana de Parnaíba.

“(…) Os artistas têm que se envolver na vida da cidade através daquilo que sabem fazer, através da arte. Por exemplo, nas festas como o Corpus Christi, o Carnaval... são possibilidades que a gente tem de participar fazendo aquilo que o artista sabe e deve fazer; essa é minha opinião, entendeu? Eu gosto de morar aqui, aqui você ainda tem uma vida diferente... o Carnaval aqui, eu gosto muito, ainda é uma festa familiar sem confusão.” (Sr. Lourenço)

“Eu gosto de Parnaíba, dessa vida de interior. Eu conheço as tias, o açougueiro, o pessoal do sítio que vende frutas, sou amigo de todos... aqui, você dá uma saída e todo mundo sabe onde você está... e tem muita festa, aqui eles ainda conservam as tradições; coisa que você não vê nas grandes cidades. Eu participo das festas, sempre que posso, até fotografei e filmei o Carnaval e o Corpus Christi.” (Paul)

Havia, entretanto, diferenças significativas se comparavam os discursos com o comportamento desses grupos em relação à sua participação nas festas. Segundo os

depoimentos dos “de dentro”, as festas acabaram, não têm mais sentido; no entanto, esse grupo continua participando e organizando algumas delas, principalmente as religiosas e, em especial, a da Padroeira e a do aniversário da Cidade. No discurso dos “de fora” tem-se a valorização de todas as festas em conjunto, contudo, participavam efetivamente daquela que tinha um caráter mais nitidamente marcado de exposição da cidade para fora, de valorização de “cenário” da cidade: o Corpus Christi.

Pode-se concluir que, se as festas passaram por um processo de transformação, inclusive no que se refere aos seus aspectos formais, tais como, duração, organização e “brilho”, – elas continuavam existindo com diferentes graus de dinamismo, marcando posições, definindo espaços, revelando aspectos do cotidiano e atualizando tanto os conflitos como as possibilidades de integração.

Conclusões

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas – exploratória, classificatória, e de observação - cada qual em torno de um eixo básico. A primeira parte tinha como objetivo levantar o conjunto das opiniões, interesses e valores existentes na população de Santana de Parnaíba a respeito da cidade e do patrimônio cultural procurando a partir daí agrupar os entrevistados em segmentos segundo recortes e categorias que eles mesmos utilizavam. Foi possível identificar, assim, duas divisões bem nítidas: os “de dentro” e os “de fora”.

Para os primeiros, a importância da cidade aparecia principalmente no contexto das relações de família; o discurso era centrado no passado, quando Parnaíba era “dos parnaibanos”, “todos se conheciam” e quando as festas mobilizavam toda a cidade. As referências históricas – salvo genéricas alusões ao tempo dos bandeirantes – não iam, contudo, para além da história particular dos troncos familiares. Era através da memória de um passado antes mítico que real, e da crítica aos “tempos atuais”, à gente de fora, que os “de dentro se auto-representavam como guardiões do verdadeiro “ser parnaibano”.

Os “de fora” traziam a marca da modernidade, das transformações. Esta marca ia desde saber dar o devido valor ao patrimônio – diferentemente dos parnaibanos, considerados “atrasados”, “ignorantes” –, passando pela defesa da ecologia, até o caso mais extremo dos “de fora” da vila Nova, para os quais o que conta são as carências de equipamentos urbanos, como corresponde a moradores de periferia.

Para uns, o interesse era pessoal: restaurar as próprias casas, mesmo à custa de destruir outras; alguns viam na cidade a possibilidade de desenvolver atividades específicas, ligadas ao turismo, como ocorre em Parati ou Embú. O referencial, aqui, era o valor histórico-arquitetônico, apreendido de maneira algo ingênua – o “estilo colonial”, que também sensibiliza alguns “de centro” – ou de forma genérica, o “charme das casas antigas”. Nesse sentido, o discurso dos “de fora” aproximava-se em alguns aspectos da visão e prática dos organismos de preservação: a ênfase era colocada na história mais geral e no patrimônio edificado com a diferença de que no caso dos órgãos de preservação existe uma fundamentação histórica e arquitetônica elaborada, com base em conhecimentos técnicos especializados.

O importante, contudo, é notar que para os “de dentro” a história era idealizada e apreendida do ponto de vista restrito e fragmentado de suas vinculações familiares; para os “de fora” a história era antes uma referência genérica, e/ou ingênua; de qualquer maneira, trata-se de instâncias que não se encontravam. Este era um problema a ser encarado pelos órgãos de preservação: atuar no sentido de estabelecer mediações entre esses pólos, de forma que o horizonte limitado das percepções dadas pudesse vincular-se a processos mais abrangentes, o que significava ampliar o que é restrito (percepções dos “de dentro”) e tornar mais concreto e preciso o que é aprendido de maneira difusa e permeada pelo senso comum (percepções dos “de fora”).

Qualquer proposta, seja de esclarecimento ou de atuação, se pretendesse obter ressonância, devia partir dessa base mínima, e que não era a mesma para todos os moradores. Enquanto uns, os “de dentro”, seguramente responderiam a apelos que evocassem de alguma forma os laços familiares e a condição de “parnaibanos históricos”, outros, os “de fora”, seriam mais sensíveis a questão e temas relacionados com a cidade enquanto conjunto arquitetônico com características específicas e aberta a

iniciativas, atividades e propostas que a vinculassem “ao resto do mundo” e aos dias atuais.

Tanto os “de dentro” como os “de fora” encontravam-se, contudo, num plano, o das festas. E mais uma vez fazia-se sentir a divisão já assinalada: para os primeiros, as festas de hoje não tinham, mais aquele “brilho” de antigamente; para os outros, eram ocasiões de integração, agora, na cidade ou de aí exibir suas iniciativas e o produto de suas atividades. De um jeito ou de outro, porém, a questão tocava a todos, ainda que por motivações e valores diferentes.

A escolha do ciclo festivo como fio condutor da terceira etapa da pesquisa deveu-se, antes de mais nada, à importância que as festas assumiam no discurso dos informantes e no efeito mobilizador que contrastava com a rotina da cidade. Era preciso, contudo, explicar essa evidência empírica e assim fundamentar a linha de análise escolhida. Comparando, então, as conclusões da primeira parte com observações e depoimentos especificamente em torno do tema das festas, pôde-se perceber uma oposição, de fundo, referente ao conceito de tempo. Num caso, tempo histórico, seqüencial-progressivo: era o passado justificando o “ser parnaibano” e servindo de critério para excluir os “de fora”, essa gente de agora, sem laços com a tradição de Parnaíba; para estes últimos, o mesmo passado era visto como sinal de atraso, imobilismo, ou então não passava de um vago marco de referência.

Com relação às festas, porém, o tempo de base é cíclico: cada ano repetia-se o mesmo calendário festivo. “As festas já não são como antigamente”, deploravam os mais velhos. No entanto persistiam, amparadas por uma estrutura que permanece, a despeito das inevitáveis mudanças. É que se o tempo histórico era percebido como irreversível, o tempo cíclico repunha, de forma ritualizada, eventos que evocam o passado, atualizando-o e articulando-o à rede de relações que permeiam a trama do dia-a-dia. Os ritos, assim, ao mesmo tempo em que alteram e estabelecem cortes no fluxo cotidiano, não constituem momentos essencialmente diferentes da rotina diária, uma vez que, neles, determinados aspectos desse mesmo cotidiano são salientados, colocados em foco. “O mito e o ritual seriam dramatizações ou maneiras cruciais de chamar a atenção para certos aspectos da realidade social, facetas que, normalmente, estão submersas pelas rotinas, interesses e complicações do cotidiano” (Da Mata, 1979, p. 34).

Dáí o interesse pelas festas – momentos de encontro entre o passado e o presente, entre parnaibanos “históricos” e os “de fora”, entre moradores e visitantes; conforme afirma Da Mata”, é como se o domínio do ritual constituísse uma região privilegiada para se penetrar no “coração cultural” de uma sociedade, ou seja, no seu sistema de valores, uma vez que o rito permite tomar consciência de certas cristalizações sociais mais profundas”. (idem, ibidem, p. 29)

Foi mostrado como os “de dentro” e os “de fora” – artistas, profissionais, estrangeiros – participavam, em diversos graus, das festas. Cada evento festivo, mobilizando, assim, participações diferenciadas, tornava-se suporte de significados também diferentes; desta forma, não se pode decidir pela “autenticidade” ou descaracterização deste ou aquele, com base em critérios estabelecidos num corte temporal diacrônico: se ainda são realizados, é porque são investidos de significados por seus vários participantes. Assim, a festa da Padroeira e o aniversário da cidade, por exemplo, constituem rituais de reforço, para os artigos parnaibanos; já a comemoração de Corpus Christi, entre outras, para os “de fora”, abre a possibilidade de entrada e participação na vida da cidade.

Além da oposição em torno do eixo temporal, existia outra, presente nos depoimentos e no próprio comportamento dos entrevistados: é a que opunha espaço privado (a casa) e espaço público. Enquanto aquele era impenetrável, fechado aos “de fora” (inclusive aos órgãos de preservação e a seus técnicos, ns visitas de rotina) o último era acessível até para os turistas. O primeiro era o universo das famílias, o lugar de onde se exercia o controle – cortinas que se agitam, discretamente, janelas que abrigam olhares perscrutadores; já o segundo era aberto, na modalidade de trajeto das procissões e dos desfiles e local das barracas em dias de festa: era, enfim, o cenário dos rituais.

Se se pretende chegar até as casas (enquanto edifícios tombados, portanto sujeitos à ação preservacionista institucional) e aos seus moradores, sensibilizando-os para a questão global da preservação, seria preciso começar pelo espaço público e, estrategicamente, pelas festas, elemento vivo e dinamizador do patrimônio cultural. O calendário de festas pode constituir uma via de acesso privilegiada para se começar a estabelecer as mediações entre as histórias familiares particulares e processos históricos mais abrangentes e entre estes e o patrimônio tombado.

Uma presença mais efetiva dos órgãos de preservação por ocasião das festas e de sua preparação – incentivando, documentando, divulgando, fornecendo subsídios de infra estrutura – permitiria contrabalançar a tradicional (e inevitável) função de órgão fiscalizador com outra, de apoio. Um centro de memória poderia dar continuidade a essa tarefa através de uma pesquisa histórica mais ampla, não apenas por meio da coleta de dados em instituições e arquivos, mas também com levantamentos de informações, documentos e objetos em poder dos próprios parnaibanos: seria preciso mostrar que os fragmentos que constituem sua memória fazem parte de processos mais amplos, responsáveis pelo que Santana de Parnaíba foi e conserva hoje, em seus costumes, casas, ruas, edifícios e dinâmica de suas redes sociais.

Bibliografia

ANDRADE, Mário de. Cartas de Trabalho. MEC, SPHAN, Pró Memória, 1982.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

CALDEIRA, Teresa. A Política dos Outros. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CONDEPHAAT, Santana de Parnaíba, Revitalização do Centro Histórico, Série Monografia, nº 1, 1982.

Legislação, Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, CONDEPHAAT.

DURHAM, Eunice Ribeiro. - "A Dinâmica Cultural da Sociedade Moderna", in Arte em Revista, Kairós.s/d

DURHAM, Eunice Ribeiro. -"A Reconstituição da Realidade", São Paulo, Ensaios 54. Ática, 1978.

GEERTZ, Clifford; A Interpretação das Culturas. Rio, Zahar, 1978.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no Pedaco: Lazer e Cultura Popular na Cidade. São Paulo, Brasiliense, 1984

MARCUS, George. "Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial". Revista de Antropologia, São Paulo, FFLCH, vol. 34, 1991

MATTA, Roberto da. Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis, Vozes, 1981.

MATTA, Roberto da. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio, Zahar, 1979.

MEC, SPHAN, Pró-Memória, Orientação e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória, 1980.

VAN GENNEP, Arnold. Os Ritos de Passagem. Petrópolis, Vozes, 1978.

ZALUAR, Alba (org.). Desvendando Máscaras Sociais. Rio, Livraria Francisco Alves, 1980.